



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____. DE 2018

(Da Sra. Erika Kokay e outros)

Requer a aprovação de Moção, em anexo, para manifestar o mais absoluto repúdio dos integrantes desta Comissão de Direitos Humanos às violações perpetradas pelas autoridades Houthis contra as minorias religiosas no Iêmen, especialmente a Comunidade Bahá'í.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, a aprovação da Moção de Repúdio, em anexo, para manifestar o mais absoluto repúdio dos integrantes desta Comissão de Direitos Humanos, às violações perpetradas pelas autoridades Houthis contra as minorias religiosas no Iêmen, especialmente da Comunidade Bahá'í, conforme anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem no sentido de que os parlamentares que integram a Comissão de Direitos Humanos possam manifestar o seu repúdio tendo em conta a forma desumana e indigna com que as autoridades Houthis têm tratado as minorias religiosas no Iêmen, destacadamente a Comunidade Bahá'í.

A comunidade bahá'í iemenita tem sido cada vez mais perseguida pelas autoridades em Sanaa nos últimos anos. Em agosto de 2016, por exemplo, uma reunião educacional foi abruptamente interrompida quando soldados mascarados invadiram o local onde estava ocorrendo o evento e prendeu os participantes - mais de 60 mulheres, homens e crianças. Além disso, muitas das casas dos participantes foram invadidas, e documentos pessoais, incluindo passaportes, foram confiscados.

Em abril de 2017, as autoridades pediram a prisão de mais de vinte bahá'ís, a maioria dos quais eram membros proeminentes da comunidade bahá'í e participavam na organização dos assuntos comunitários. Atualmente há sete bahá'ís encarcerados, incluindo lideranças nacionais da comunidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Um número crescente de fontes independentes no Iêmen tem repetidamente confirmado que é o governo iraniano quem está por trás destes atos de perseguição aos bahá'ís naquele país. Vários relatórios indicam ainda que as mais altas autoridades da Secretaria Nacional de Segurança do Iêmen estão mantendo pressão sobre a Comunidade Bahá'í como resultado de instruções do Irã apesar de repetidos apelos feitos por iemenitas de alto escalão, incluindo o Ministro do Interior, o procurador do país e líderes tribais, para que as autoridades liberem os presos bahá'ís.

Face à gravidade dos fatos, e considerando que são inaceitáveis em qualquer parte do mundo o desrespeito e a perseguição à liberdade religiosa, apresentamos a proposta de moção em anexo, esperando contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2018.

Deputada **ERIKA KOKAY-PT/DF**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

MOÇÃO Nº _____, DE 2018
(Da Comissão de Direitos Humanos e Minorias)

E-mail: aalejri@gmail.com

Reference: **Nota de repúdio ao tratamento dado à comunidade bahá'í no Iêmen**

Mr. Abdulmalek Al-Ajeri, Member of the Political Council of Ansar Allah

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal do Brasil vem, por meio deste, repudiar o modo como as autoridades Houthis têm tratado as minorias religiosas no Iêmen, especialmente a Comunidade Bahá'í.

Os bahá'ís em todo o mundo têm sido importantes agentes de promoção da paz e da unidade, e por isso lamentamos a incitação ao ódio proferida no último dia 23 de março pelo Sr. 'Abdu'l-Malek al-Houthi, um líder Houthi, quando se referiu à Fé Bahá'í como um movimento satânico que deveria ser combatido pelos iemenitas. Em tempos de ódio e intolerância, uma manifestação como essa pode ser descrita como uma incitação ao genocídio, sendo, assim, inadmissível.

Por isso, mais uma vez, instamos as autoridades Houthis a cessarem a perseguição contra a comunidade bahá'í do Iêmen e a disseminação de falsas informações sobre essa Fé, bem como apelamos para que libertem os prisioneiros de consciência e a revoguem a condenação à morte imposta ao Sr. Hamed bin Haydara no dia 2 de janeiro de 2018, simplesmente por professar a Fé Bahá'í.

Face à gravidade de tais violações, e considerando que são inaceitáveis em qualquer parte do mundo o desrespeito e a perseguição à liberdade religiosa, os membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal subscrevem a presente moção.

Considerando ainda que o poder exercido pela CDHM advém da representação intrínseca dos mandatos de seus integrantes e do poder moral que os direitos humanos representam, como construção do processo civilizatório, legitimado por instituições e normas internacionais e nacionais, e que dentre as atribuições constitucionais e regimentais do colegiado estão avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos; realizar pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo; **além de cuidar dos assuntos referentes às minorias étnicas e sociais**, reiteramos a presente moção.

Sala da Comissão, em _____ de _____ 2018.